

JORNADA DE REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DA ANTROPOLOGIA SOCIAL NO RIO GRANDE DO SUL¹

Lúcia Helena Alves Müller (PUCRS)
Jurema Brites (UNISC)
Paula Camboim de Almeida (UNISC)
Ceres Victora (UFRGS)

Dando continuidade aos vários eventos em ensino de Antropologia no Brasil (Rio de Janeiro em 1995, Florianópolis em 2001), a Comissão de Ensino de Antropologia da ABA realizou, no dia 20 de junho de 2005, uma *Jornada de Reflexões sobre o Ensino de Antropologia Social no Rio Grande do Sul*. O encontro aconteceu na PUCRS, em Porto Alegre, e reuniu professores de Antropologia Social para discutir questões relativas à prática docente, às possibilidades e às dificuldades resultantes do crescimento da presença da disciplina em cursos de graduação e de pós-graduação nas universidades brasileiras, e para propor iniciativas relativas à sua prática profissional.

A Jornada teve a participação da Presidente da ABA, Miriam Grossi, e da Coordenadora da Comissão de Ensino da ABA, Yvonne Maggie, e contou com a presença do ex-Presidente da ABA, Ruben George Oliven. Participaram da Jornada professores que atuam nas seguintes instituições de ensino: UFRGS; PUCRS; UNISC; UFSM; UFUCS; UNIJUÍ; FSG; UFRJ; Escola de Saúde Pública/RS; Univesitá di Roma "La Sapienza".

Após as comunicações nas mesas iniciais, os participantes optaram por diluir os grupos de trabalho que estavam

¹ REALIZAÇÃO:

PUCRS: PG Ciências Sociais/Dpto. de Ciências Sociais

UNISC: Departamento de Ciências Humanas

UFRGS: PPG Antropologia Social/Dpto. de Antropologia

planejados inicialmente e realizar uma discussão conjunta dos temas propostos.

Relato das discussões

As discussões da Jornada de Porto Alegre giraram em torno das possibilidades e das dificuldades da prática docente frente ao quadro de expansão da disciplina antropológica em cursos de graduação e de pós-graduação nos anos recentes.

Ponderou-se que, se por um lado há uma crescente demanda pela introdução de Antropologia nos currículos de vários cursos do ensino superior, tal expansão vem acompanhada de inúmeros questionamentos que exigem um espaço de discussão sistemático por parte das instituições responsáveis pelas políticas de ensino e de formação profissional da área.

Entre as primeiras questões levantadas, estava a preocupação com a diferença de objetivos e de condições de ensino existentes entre os grandes centros de excelência e aqueles espaços mais periféricos de ensino.

Antes de princípios homogeneizantes, problematizou-se a opacidade das diferenças locais, tanto em termos dos currículos elaborados quanto da perspectiva dos agentes do sistema de avaliação. A despeito das diversidades regionais que marcam o país, observa-se uma pauta curricular comum, sobretudo – mas não só –, nos cursos de graduação. Embora os parâmetros do MEC sejam abertos às realidades específicas, os cursos e o sistema de avaliação continuam a professar uma única perspectiva.

Também se refletiu sobre a demanda, crescente nos últimos anos, por disciplinas de Antropologia na estrutura curricular das mais diversas áreas do conhecimento. Muitas vezes, por recomendação das comissões de avaliação do MEC, a Antropologia foi incorporada na grade curricular de cursos tais como Administração, Direito, Pedagogia, Medicina, Odontologia, Nutrição, Arquitetura, Educação Física, Psicologia, Fisioterapia, História, Geografia. Embora com

repercussões diferentes, este processo de difusão da disciplina para além das Ciências Sociais acontece tanto em universidades não estatais e periféricas quanto nos grandes centros acadêmicos situados nas regiões metropolitanas. Nas primeiras, em muitos casos, essa expansão é o único fator que viabiliza a presença da disciplina antropológica e de antropólogos no cenário acadêmico, uma vez que, em muitas dessas instituições de ensino, não existem cursos de Ciências Sociais.

A presença da Antropologia junto ao currículo de outros cursos é vista como positiva e desejável, uma vez que o diálogo da Antropologia com outras áreas do conhecimento é um elemento constitutivo da própria gênese da disciplina. Mas ela também coloca problemas. Entre eles, está o de se definir qual a especificidade dos objetivos programáticos que devem nortear as disciplinas de Antropologia em cada curso – e, ainda, qual a peculiaridade da disciplina antropológica, quando ela não advoga o monopólio do conceito de cultura.

Ponderou-se que, se a procura por disciplinas antropológicas por parte de outros cursos tem incrementado o mercado de trabalho para os professores com essa formação, paradoxalmente, em alguns casos, o mesmo processo de expansão da disciplina tem retirado da mão dos antropólogos o ensino da mesma. Isso é possível – e, de fato, já vem acontecendo – na medida em que, segundo os critérios do MEC, a habilitação para lecionar uma matéria na graduação depende apenas de sua inclusão no histórico escolar do professor. Dessa forma, professores com outras formações têm sido autorizados a ministrar aulas de Antropologia à medida que cursaram, ao longo de sua formação, alguma disciplina da área.

Uma questão recorrentemente referida durante a Jornada foi a da “sensação de perda de referencial” que é experimentada por muitos docentes. Muitas razões foram levantadas como causadoras desse sentimento. Uma delas refere-se ao isolamento que acontece quando a Antropologia é a única disciplina da área das Ciências Sociais na grade curricular de cursos externos à área, fato que impossibilitaria aos professores que se dedicam a essas disciplinas ministrar conteúdos que extrapolem os

elementos mais básicos de introdução à mesma. Conduzida desta forma, a colaboração da disciplina para a formação naquela área ou é desprezada ou é tomada apenas em termos de uma “reflexão ética que pode contribuir na formação de profissionais humanistas”, não tendo como objetivo a formação de pesquisadores que atuarão nessa área do conhecimento.

Os professores reclamam das restrições ao seu desenvolvimento acadêmico, em função de que, em certas instituições de ensino superior – sobretudo nas não públicas –, suas atividades docentes estão calcadas apenas no exercício do ensino, não havendo disponibilização de tempo nem a valorização institucional que leve a uma conjugação do ensino com a pesquisa e a extensão.

Desse ponto de discussão, depreendem-se duas questões com inúmeras ramificações: uma em relação ao componente programático concernente ao perfil de alunos de cada área; e outra em relação ao desenrolar da carreira do docente de Antropologia.

Sobre a primeira questão, considerou-se a importância do diálogo permanente dos professores de Antropologia com os coordenadores e com os profissionais da área de ensino a ser atendida, para que haja compreensão das expectativas e conhecimento do perfil dos alunos. Também foi sugerida a resistência à pasteurização dos conteúdos, através da incorporação de textos e de questionamentos específicos àquele domínio do conhecimento, tornando a relação ensino-aprendizagem mais rica, na medida em que ofereça aos alunos a descoberta das possibilidades da crítica sobre as construções humanas e também permita que o professor-antropólogo faça sua própria leitura do outro campo.

A respeito do isolamento acadêmico dos professores de Antropologia que atuam majoritariamente fora das Ciências Sociais e/ou distantes dos grandes centros acadêmicos, a plenária abordou a necessidade de se manterem fóruns sobre a temática do ensino de Antropologia que possibilitem, de uma parte, a troca de experiências de sala de aula e, de outra, que coloquem, na pauta principal, a atividade do ensino, que tem

sido a dimensão menos valorizada da carreira acadêmica universitária.

O ensino na graduação vem sendo paulatinamente desprestigiado no país, tornando-se quase invisível para o sistema de fomento e de avaliação. A expansão dos cursos de pós-graduação não vem sendo acompanhada de uma relação realmente de complementaridade com a graduação, o que acontece, em parte, porque os estímulos (financiamentos, avaliações ou políticas de educação) se têm dirigido prioritariamente para as atividades ligadas à pós-graduação.

Com políticas de avaliação tão exigentes e centradas na produção de pesquisa, na divulgação bibliográfica e em orientações, qual o estímulo para que os professores invistam nos cursos de graduação? A solução não estaria no incremento de uma política de avaliação para a graduação que seguisse os mesmos moldes da pós, mas não se pode negar que os instrumentos atualmente utilizados têm o poder de nortear a produção docente apenas para a pós. No âmbito da graduação, apenas os alunos passam por um processo de avaliação, através do ENADE. A consequência de tudo isso é o estabelecimento de um divórcio cada vez maior entre a graduação e a pós-graduação.

Outro ponto considerado foi o da naturalização da competência para a tarefa de ensinar na trajetória de formação docente, pois, como foi mencionado ao longo da discussão, “somos formados como pesquisadores, contratados como professores e avaliados como escritores”.

Levantou-se, ainda, a importância de se referendar a ampliação do âmbito de formação dos antropólogos, fomentando sua preparação não apenas para a docência, mas para atividades aplicadas, consultorias, laudos, entre outras.

Durante toda a Jornada, foram ressaltados, de forma veemente, os prejuízos do desprestígio do ensino de Antropologia na graduação e a necessidade urgente de promovermos sua visibilidade e dignificação.

A partir desse amplo debate, foram levantadas as seguintes PROPOSTAS:

1. Estabelecer uma linha de publicações para textos didáticos (textos de ANTROPOLOGIA NA SALA DE AULA) frutos da produção direta de professores da disciplina que atuam tanto dentro como fora da área de Ciências Sociais;
2. Abrir espaço virtual na página da ABA para publicações sobre o ensino de Antropologia, inclusive para os textos da Jornada de Porto Alegre;
3. Ressaltar, nos comitês de avaliação, a importância de cursos híbridos de pós-graduação, nos quais a Antropologia atue como um dos núcleos fundamentais;
4. Recomendar o aumento das demandas por financiamentos para projetos de Antropologia junto às grandes agências de fomento, tais como CAPES e CNPq;
5. Apoiar a formação de cursos de extensão, de aperfeiçoamento e de tecnólogos para o público de não-antropólogos;
6. Destacar o papel da ABA, enquanto associação científica, de referendar cursos e universidades que desenvolvam programas de ensino, pesquisa e extensão de qualidade. Como uma forma de efetuar essa valorização, sugeriu-se a criação do “Prêmio Maria Noemi Brito de Castilhos”, com o objetivo de se destacarem e de se referendarem experiências didáticas de sala de aula e de extensão importantes e inovadoras;
7. Defender, junto aos comitês das agências de financiamento, a importância de se incluir a exigência da dispensa de horas em sala de aula para os professores que ganharem auxílio financeiro externo para a pesquisa (sobretudo para as instituições de ensino privadas);

8. Incentivar a continuidade da realização, tanto nos grandes fóruns quanto em âmbito regional, de encontros que, como a Jornada de Ensino de Antropologia no RS, promovam a troca de experiências, a constatação de diferenças e o diálogo direto entre antropólogos que se preocupam com as questões relacionadas ao ensino da Antropologia.

JORNADA DE REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DA ANTROPOLOGIA SOCIAL NO RIO GRANDE DO SUL

Porto Alegre, 20 de junho de 2005

PROMOÇÃO: Comissão de Ensino de Antropologia da ABA.

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Lúcia Helena Alves Müller (PUCRS)

Jurema Brites (UNISC)

Paula Camboim de Almeida (UNISC)

Ceres Victora (UFRGS)

Anexo – PROGRAMAÇÃO

Manhã

09:00h – Sessão de Abertura

09:30h – O quadro atual do ensino da antropologia no Brasil

- Miriam Grossi – *Presidente da Associação Brasileira de Antropologia*
- Yvonne Maggie – *Coordenadora da Comissão de Ensino de Antropologia – ABA*

11:00h – O campo de atuação profissional do antropólogo

- *Antropólogos para quê? O campo de atuação profissional da antropologia*
Claudia Fonseca (UFRGS)
- *O exercício docente em antropologia nos diferentes espaços institucionais*
Jurema Brites (UNISC)

Tarde

14:00h – Mesa redonda: O ensino da Antropologia e sua relação com outras áreas do conhecimento: provocando a discussão.

- *Ciências Sociais Aplicadas* – Maria Clara Mocellin (USC)
- *Educação/Psicologia* – Paula Almeida (UNISC)
- *Ciências da Saúde* – Francisco Arsego de Oliveira (FACED-UFRGS)
- *Pós-Graduação interdisciplinar* – Lúcia Müller (PUCRS)

15:30h – Grupos de trabalho: discussão e levantamento de propostas de pesquisa, de trabalho, de construção de redes, etc.

- *Ciências da Saúde* – Coord. Zulmira Borges (UFSM)
- *Ciências Sociais Aplicadas* – Coord. Fernanda Ribeiro (PUCRS)
- *Educação/Psicologia* – Coord. Maria de Nazareth Hassen (Uniritter)
- *Pós-Graduação interdisciplinar* – Coord. Jurema Brites (UNISC)

18:30h - Relatos e encaminhamentos

Encerramento